Nova fase da “lava jato” mira corrupção em concessionária do Paraná

Seis pessoas foram presas na manhã desta quinta-feira (22/2) em operação que investiga um esquema de corrupção na concessão de rodovias do Paraná. Ao todo estão sendo cumpridos sete mandados de prisão preventiva e 50 de busca e apreensão, inclusive no gabinete da Casa Civil do governo estadual, que fica no Palácio Iguaçu, sede do governo Beto Richa (PSDB).

Entre os presos estão Nelson Leal Júnior, diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem no Paraná (DER/PR), e Helio Ogama, diretor presidente da Econorte. De acordo com o Ministério Público Federal, as prisões foram decretadas pelo prazo de cinco dias por imprescindibilidade para as investigações.

Na decisão, o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, afirmou que “há, em cognição sumária, provas de crimes de corrupção, de lavagem de dinheiro e de associação criminosa”, pois “há fundada suspeita de que o grupo empresarial teria utilizado uma rede de empresas de fachada para simular despesas contábeis e para realizar pagamentos em favor próprio ou de seus familiares”.

O MPF explica que as investigações apontam que o grupo usava o mesmo esquema de propinas investigado na Petrobras, inclusive os mesmos operadores financeiros. A ação tem por objeto a apuração, dentre outros, dos crimes de corrupção, fraude a licitações e lavagem de ativos.

Dentre os serviços prestados por esses operadores está a viabilização do pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos do DER/PR, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Casa Civil do governo do Paraná.

O pedido protocolado MPF-PR tem como base principal as investigações relacionadas às atividades dos operadores financeiros Rodrigo Tacla Duran e Adir Assad, assim como apurações ligadas a irregularidades em concessões rodoviárias federais.

Segundo os investigadores, foram identificados atos de lavagem de dinheiro e uma rede de empresas de fachada, com a participação de agentes públicos, em ilícitos criminais que teriam sido cometidos em favor da concessionária Econorte, do Grupo Triunfo.

Em novembro de 2016, a Econorte já havia sido alvo de mandado de busca e apreensão. Na ocasião, foi identificado que a empresa responsável pela concessão de rodovias federais no norte do Paraná depositou R$ 1 milhão em favor de Tacla Duran entre 2012 e 2014. De acordo com o MPF, os valores foram repassados sem que fosse prestado qualquer tipo de serviço.

Na época das buscas, o pedido do MPF ainda mencionou que outras empresas relacionadas ao Grupo Triunfo depositaram mais R$ 5 milhões em favor de Rodrigo Tacla Duran e outros R$ 26 milhões para empresas de fachada do operador financeiro Adir Assad. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF e da Polícia Federal.*

Date Created
22/02/2018

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.